

RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.263 - RJ (2014/0328190-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : MANOEL FRANCISCO SAMPAIO PINTO
ADVOGADOS : FLAVIA MARQUES FARIAS - RJ120149
JORGE LUIZ AMADO MARTINS - RJ155430
RECORRIDO : PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO : JOÃO DE CAMPOS GOMES E OUTRO(S) - RJ064984

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Agravo Interno. Ação indenizatória versando sobre prejuízos ambientais, decorrentes dos projetos empreendidos pela ré, que impossibilitariam a atividade pesqueira. Sentença de improcedência. Apelo. Julgamento monocrático (art. 557 do CPC), negando seguimento ao recurso, o que gerou novo inconformismo por parte do autor. Tentativa de reabrir matéria de mérito, pretendendo o demandante, a reforma da decisão sob a ótica que melhor lhe convém. Precedentes que não socorrem a agravante. Argumentos que não ensejam modificação na decisão monocrática. DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO.

Observa-se que a apelação teve seu seguimento negado em juízo monocrático, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 858):

Apelação Cível. Ação indenizatória. Petrobrás no pólo passivo. Projetos GNL e GLP na Baía de Guanabara. Autor que exerce o ofício de pescador na região de Magé. Alegados prejuízos ambientais, decorrentes dos projetos empreendidos pela ré, que impossibilitariam a atividade pesqueira. Não comprovação do dano sofrido nem da impossibilidade de manutenção da pesca. Precedentes jurisprudenciais. Diante do exposto, nos termos do art. 557, caput, do CPC, **NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO**, visto que manifestamente improcedente.

Os embargos de declaração opostos tiveram o provimento negado (e-STJ, fls. 905-908).

Nas razões de recurso especial, alega a parte recorrente divergência jurisprudencial, bem como violação dos artigos 165, 458, II, e 535 do Código de

Processo Civil, apontando omissão no julgado; artigo 557 do Código de Processo Civil, sustentando que a questão deveria ter sido submetida à decisão colegiada; e artigo 565 do Código de Processo Civil, ao argumento de que foi privado de sustentar oralmente suas razões de recurso ante o julgamento sumário de seu recurso de apelação; artigos 333 do Código de Processo Civil e 14, parágrafo 1º, da Lei n. 6.938/81, dizendo que, por ser objetiva a responsabilidade, deveria ter sido invertido o ônus da prova. Diz, ainda, que o dano é *in re ipsa*, não dependendo de comprovação.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 1.026/1.033, e-STJ.

Delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Inicialmente, destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Verifico que a alegação de ofensa aos artigos 165, 458 e 535 do CPC/73 não merece prosperar. Isso porque, consoante entendimento consolidado desta Corte, o recorrente não possui o direito de ter todos os argumentos alegados rebatidos, cabendo ao Tribunal analisar e debater as questões principais para o deslinde da controvérsia. Ademais, não configura contradição ou obscuridade alguma o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pelo recorrente. Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar em omissão ou obscuridade.

Por outro lado, no que diz respeito à alegada ofensa ao art. 557 do Código de Processo Civil, não há o que reformar, uma vez que a decisão monocrática do relator não configura negativa de prestação jurisdicional. Confirmam-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL.
EMBARGOS DE TERCEIRO. IMÓVEL DADO EM GARANTIA
HIPOTECÁRIA. BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE.
NÃO INCIDÊNCIA. DÍVIDA CONSTITUÍDA EM FAVOR DA
ENTIDADE FAMILIAR. VIOLAÇÃO DO ART. 557 DO CPC.

AFASTAMENTO. DELINEAMENTO FÁTICO TRAÇADO NA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE MODIFICAÇÃO NO ACÓRDÃO. POSSIBILIDADE DE VALORAÇÃO PELO STJ. EXEGESE DO ART. 512 DO CPC. MODIFICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO NO MESMO SENTIDO DO NOVO ENTENDIMENTO ADOTADO PELO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ.

1. O art. 557 do CPC estabelece os poderes do relator e dá suporte ao julgamento monocrático, sendo certo que os temas discutidos sempre podem ser levados ao colegiado com a interposição do agravo regimental, sanando eventual violação do dispositivo. Havendo expressa autorização legal para o julgamento monocrático, não há falar em cerceamento de defesa.

2. Inexistindo modificação ou incompatibilidade no acórdão de origem quanto ao delineamento fático traçado pela sentença, pode o STJ tomá-lo em consideração, a tanto não o impedindo a dicção do art. 512 do CPC.

3. Não se conhece do recurso especial quando o acórdão recorrido encontra-se no mesmo sentido da orientação que se firmou no STJ. Incidência da Súmula n. 83/STJ.

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1311392/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15.3.2016, DJe 30.3.2016).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO DE CONTRATO RURAL. RECURSO APRECIADO MONOCRATICAMENTE PELO RELATOR. POSSIBILIDADE. DECISÃO. MÁCULA. JULGAMENTO COLEGIADO. SUPERAÇÃO. APLICAÇÃO. CDC. ADMISSIBILIDADE. SÚMULA 297/STJ. COBRANÇA. TAXA. ASSESSORIA TÉCNICA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. INEXISTÊNCIA. INDICAÇÃO. VIOLAÇÃO. ART. 535 DO CPC. DESCABIMENTO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. SÚMULA N. 83/STJ. TAXA DEL CREDERE. INCIDÊNCIA. SÚMULA 283/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Eventual mácula da decisão do relator, proferida com base no art. 557 do Código de Processo Civil, fica superada com julgamento colegiado do recurso pelo órgão competente.

2. A jurisprudência desta Corte restou consolidada com a edição da Súmula n. 297/STJ que sedimentou a possibilidade de incidência do Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários.

3. O Tribunal permaneceu silente sobre o tema da cobrança da taxa

de serviço de assessoria técnica, o que atrai a incidência da Súmula 211/STJ. Dessa forma, em vez de interpor recurso especial com base em dispositivos legais não debatidos na instância ordinária, deveria a parte suscitar violação do art. 535, II, do Código de Processo Civil, demonstrando de forma objetiva a imprescindibilidade da manifestação sobre a matéria impugnada e o vício apontado.

4. A questão do não cabimento da cobrança de comissão de permanência nas cédulas de crédito rural foi decidida em sintonia com a jurisprudência desta Corte, o que atrai a incidência da Súmula n. 83/STJ.

5. Restando inatacado o fundamento da Corte de origem no sentido de que é descabida a cobrança da taxa del credere "encargo típico dos contratos de comissão mercantil" e que "não há disposição legal específica que permita tal cobrança", tem incidência a Súmula n. 283/STF.

6. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 780.531/BA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10.3.2016, DJe 1.4.2016).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. REVISÃO CONTRATUAL. 1. VIOLAÇÃO AO ART. 557 DO CPC. INEXISTÊNCIA. DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. COLEGIADO. RATIFICAÇÃO. PRECEDENTES DO STJ. 2. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282 E 356/STJ. 3. PEDIDO ESPECÍFICO DA AÇÃO. REDUÇÃO DAS TAXAS DE JUROS ENTRE 1,8% E 2,39% AO MÊS. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. 4. JUROS COBRADOS. ABUSIVIDADE. DANO MORAL. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. 5. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. 6. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O art. 557 do CPC permite o julgamento monocrático pelo relator, de forma a adequar a solução da controvérsia à jurisprudência desta Corte Superior, o qual se completa com o julgamento pelo Colegiado por meio da apreciação do regimental.

2. A indicação de violação de dispositivos legais que nem sequer foram debatidos pelo Tribunal de origem obsta o conhecimento do recurso especial pela ausência de prequestionamento. Aplicação dos enunciados 282 e 356 da Súmula do STF.

(...)

4. Tendo a corte local apurado por meio dos elementos contidos nos autos a ausência de configuração do dano moral, o acolhimento das razões dos recorrentes demandaria o reexame dos elementos fático-probatórios dos autos e a interpretação de cláusula contratual, o que encontra óbices intransponíveis impostos pelas Súmulas 5 e 7 do STJ.

(...)

6. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 762.955/ES, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27.10.2015, DJe 16.11.2015).

Por fim, o Tribunal de origem manteve a decisão monocrática que concluiu pela inexistência de provas quanto ao direito alegado pelo recorrente, nos seguintes termos (fls. 862/863, e-STJ):

Quanto ao recurso de apelação, não obstante a tese proclamada pelo apelante, cediço que este não deve prosseguir, conforme adiante se verá.

Importante ser ressaltado, logo de início, que a lide versa sobre responsabilidade civil de natureza objetiva, nos termos do art. 225, § 3º, da CRFB/88, bem como do art. 14, § Iº, da Lei 6.938/81.

Contudo, na responsabilidade objetiva também se faz imprescindível a prova do dano alegado e do nexo de causalidade entre a ação ou omissão e o evento danoso.

Digno de destaque que o apelante comprovou a profissão de pescador com área de atuação na Colônia de Pescadores em Magé. Entretanto, este não demonstrou os prejuízos efetivamente causados à sua atividade pesqueira.

Do detido exame de todas as provas carreadas aos volumosos autos, percebe-se que o empreendimento comprometeu, de certo modo, a atividade de pesca na região. Todavia, há que se salientar que tal impacto foi considerado temporário e reversível, sendo certo que os mais prejudicados foram os pescadores que tiveram que desocupar as áreas utilizadas como "currais de pesca" (pesca tradicional de cerco-fixo). **E, no caso ora em comento, fato é que o apelante não especificou nem o período em que teria ficado impossibilitado de exercer a pesca, tampouco a modalidade de pesca utilizada, bem como não descreve de que forma teria o empreendimento comprometido a atividade pesqueira objeto do pedido de proteção.**

De toda sorte, o que se percebe é que o autor não se desincumbiu do ônus da prova do direito alegado, conforme preceituado no art. 333, I,

do CPC. (grifo nosso)

Em arremate, destaca-se que consta do relatório do referido julgado, que foi oportunizado ao recorrente a produção de provas, veja-se (e-STJ, fl. 860):

Em provas, disse o réu que não havia outras a produzir; já o autor requereu a prova testemunhal, documental e prova pericial, emprestada dos autos do inquérito civil público.

Decisão saneadora à fl. 549, deferindo tão somente a produção de prova documental.

À fl. 547, o autor fez juntada de laudo pericial elaborado nos autos do processo 0145323-82.2010.8.19.0001, em curso na 3ª. Vara Cível da Capital.

Diante desse contexto, verifico que rever o entendimento acerca da ausência de comprovação dos prejuízos efetivamente causados à atividade pesqueira do recorrente, ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório da demanda, providência vedada em sede de recurso especial, ante a aplicação da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.
Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora